

Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho Espécies Pelágicas Quarta-feira 28 de abril – Videoconferência

O relatório da reunião anterior, bem como a ordem do dia foram validados pela totalidade dos membros.

O Presidente do Grupo, Enrique Paz, agradeceu os membros pela sua participação assim como os representantes da Comissão Europeia e dos Estados Membros.

1. Sínteses dos Grupos de Trabalho Ad-Hoc

Sardinha do Golfo

Enrique Paz indicou que o Grupo de Trabalho Ad-Hoc Sardinha do Golfo se tinha reunido duas vezes durante este exercício, de modo a analisar as propostas de gestão feitas pelos cientistas da AZTI. Contudo, nenhum acordo foi encontrado, pois a modelização da população e respetiva dinâmica permanecem frágeis, segundo os membros. É necessário um maior recuo no que respeita aos dados. Os membros comprometeram-se, no entanto, a entrar em contacto com os representantes do MSC nos seus países respetivos, com vista a contemplar uma retoma da certificação.

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) confirmou as afirmações de Enrique Paz, ou seja, não foi possível ultrapassar as dificuldades resultantes das estimativas científicas e das discordâncias entre os modelos. A perda da certificação MSC teve um impacto na imagem do setor, mas o setor francês ainda não contactou o organismo certificador.

Sardinha Ibérica

Enrique Paz apresentou o projeto de parecer do Grupo Ad-hoc sobre este assunto e agradeceu às administrações espanhola e portuguesa pela sua transmissão das informações necessárias ao estudo.

Javier Lopez (OCEANA) propôs as seguintes alterações:

1. A recuperação de 36% da biomassa deve ser comparada com Btrigger e não BRMS.
2. O plano de gestão tem como objetivo uma recuperação da unidade populacional acima dos limites de precaução e não do RMS.
3. A recuperação não pode ser qualificada de "ampla", pois apesar de não ser contestável, esse adjetivo não parece adequado.
4. A avaliação do plano de gestão não está concluída, pelo que não se pode afirmar que este segue os critérios de precaução.

Em seguida, Javier Lopez interrogou-se quanto ao objetivo do plano de gestão: Porque é que o RMS não é procurado? Porque não aplicar, já hoje, uma regra nesse sentido?



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Sergio Lopez (OPP Lugo) agradeceu a Humberto Jorge (ANOPCERCO) pelo seu trabalho neste projeto de parecer. A seu ver, o objetivo não é mostrarmo-nos satisfeitos com estes resultados, quando, há apenas 3 anos se anunciava uma catástrofe.

Acordo de Guetaria

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) recordou que, apesar do atual contexto, foi rapidamente encontrado um acordo - o que revela, a seu ver, a confiança e o pragmatismo dos membros. Por isso, agradece aos seus homólogos espanhóis. Contudo, a fim de trabalhar em melhores condições, Jean-Marie Robert propõe que os debates acerca da renovação do acordo iniciem a partir do outono.

Enrique Paz e Miren Garmendia (OPEGUI) expressaram o seu acordo com Jean-Marie Robert.

Enrique Paz salientou a queda dos preços em 2020 (-50% em relação a 2019), tendência que parece manter-se em 2021.

2. Atum voador

Haritz Arrizabalaga (AZTI) apresentou os resultados dos estudos científicos para esta unidade populacional, estando a respetiva apresentação disponível no site do CC SUL.

Em resposta a Enrique Paz, Haritz Arrizabalaga lembrou que, de facto, algumas propostas de regras de gestão têm limites de variabilidades anuais de 20%. Todas as opções propostas cumprem os critérios de precaução.

Miren Garmendia (OPEGUI) insistiu na importância de analisar, a nível do CC SUL, a possibilidade de alterar a atual HCR e definir uma regra definitiva. É importante que o CC SUL tome posição.

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) indicou que a posição francesa em 2020 tinha demonstrado pragmatismo, propondo um roll-over, face às condições sanitárias. No entanto, concorda com Miren Garmendia, no que respeita à importância de tomar posição para o futuro. A atual regra provoca uma sub-exploração da unidade populacional (60% do RMS), o que não é aceitável do ponto de vista dos profissionais. Deve ser analisada uma revisão do Ftarget.

Aurelio Bilbao (OPESCAJA) concorda com Jean-Marie Robert.

Haritz Arrizabalaga (AZTI) especificou que não existiam inconvenientes, do ponto de vista científico, à realização desses estudos, sendo possível uma revisão da regra, já em 2021, ao nível científico, mas Haritz Arrizabalaga não pode posicionar-se no lugar dos gestores. As cláusulas de estabilidade (limites de variação das descidas e/ou subidas do TAC) são as que mais influência têm nas possibilidades de pesca.



Em seguida, Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) colocou a pergunta da gestão das penalidades devidas à ultrapassagem de 540 toneladas por parte da Irlanda e de Portugal, em 2019. Esta ultrapassagem foi deduzida, este ano, a toda a frota comunitária, segundo o princípio da estabilidade relativa e não apenas aos Estados Membros faltosos. Jean-Marie Robert insistiu nos princípios de justiça e responsabilidade, não sendo aceitável que se suporte as ultrapassagens da responsabilidade de outros Estados Membros.

Aurelio Bilbao (OPESCAYA) concorda com Jean-Marie Robert e realçou a importância de se obter uma solução provisória para 2021, devendo o CC SUL tomar posição nesse sentido.

Ester Alaez Pons (DGMARE) referiu entender as dificuldades originadas por esta situação. O mecanismo legal associado não funciona corretamente, devido às diferenças entre os regulamentos europeus e os da ICCAT.

No passado, encontraram-se soluções, graças a acordos Ad-Hoc entre Estados Membros através do regulamento de compensação, todavia, a Comissão Europeia considerou isso ilegal e decretou que esse sistema tinha de ser abandonado. De facto, a Comissão comprometeu-se a encontrar uma solução em inícios de 2021: O trabalho está a decorrer entre as diferentes unidades da DG MARE e os serviços jurídicos.

Será encontrada uma solução, mas poderá ser necessário proceder a uma modificação do quadro legal, o que acarretará um prazo maior.

Ester Alaez Pons, em resposta a Enrique Paz, especificou que a ultrapassagem espanhola em 2016 não tinha gerado as mesmas dificuldades, não tendo esta provocado uma ultrapassagem ao nível do TAC europeu. Uma das soluções atualmente estudadas é a utilização das penalidades portuguesas anteriores.

Segundo Juan Manuel Trujillo (ETF) é importante encontrar soluções provisórias, de modo a evitar prejuízos económicos. Julien Lamothe (ANOP) defendeu este ponto de vista, recordando as dificuldades (Brexit, situação sanitária) que os profissionais já têm de enfrentar. À semelhança de Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne), insiste na impossibilidade de fazer cumprir tais penalidades: pois os valores provisórios mostram que, em 2020, a Irlanda também ultrapassou a sua quota e é muito provável que esta situação se repita.

Ester Alaez Pons especifica que, decerto, o atual sistema também penaliza os Estados Membros que cumpriram a quota, mas convém notar que, por sua vez, os Estados Membros faltosos são duplamente penalizados: tanto pela redução da quota como pelas penalidades. Chegámos aos limites do sistema.

Em seguida, os membros do grupo chegaram a um acordo relativamente a um programa de trabalho:



- Será enviada uma carta pelo secretariado à Comissão, a fim de insistir sobre a necessidade de encontrar uma solução, em 2021, para a gestão das penalidades.
- Será proposto ao Comité Executivo um projeto de parecer sobre a regra de gestão, antes do verão.

Raul Garcia (WWF) sublinhou a necessidade de um melhor acompanhamento do consumo das quotas, o que permitiria evitar as ultrapassagens. Existem soluções para se proceder a um acompanhamento em tempo real.

Para Ester Alaez Pons (DGMARE), é preciso encontrar a causa da ultrapassagem de quota e resolvê-la, de modo a não precisarmos de soluções, posteriormente.

Contudo, Aurelio Bilbao (OPESCAYA) indicou que nem todos os navios possuem jornais eletrónicos, sendo frequentes os erros de controlo.

3. Atum rabilho

Benoit Guérin (Consultor independente para a Pew) apresentou o estudo que realizou sobre o desenvolvimento de regras de gestão, especialmente para o Atum Rabilho. De facto, estão a ser elaborados trabalhos científicos para desenvolver novas propostas de HCR e apresentá-las perante a ICCAT, no outono. No entanto, até à data, não foi dado início a qualquer consulta das partes envolvidas. Reunir um grupo de trabalho sobre este assunto, é, na opinião de Benoît Guérin, importantíssimo, pois a gestão desta unidade populacional é muito complexa, sendo necessária uma melhor difusão dos estudos científicos. Serão testadas sete regras de gestão pelo SCRS, cujo grupo técnico reunirá de 5 a 10 de julho. Em setembro, a ICCAT terá de tomar posição relativamente a essas regras, com vista à sua adoção em 2022. Deste modo, seria interessante organizar uma reunião de apresentação com os cientistas, em meados de julho e, possivelmente, com o CC Mediterrânea, a quem estas questões também dizem respeito.

Serge Larzabal (CNPMEM) deu o seu acordo para tal reunião com o CC Mediterrânea, tratando-se de uma só unidade populacional. No entanto, Serge Larzabal realçou que a unidade populacional está melhor no Atlântico Este do que no Atlântico Oeste. Também interrogou Benoît relativamente à independência dos cientistas envolvidos, tendo em conta este ser funcionário da Pew. Por fim, Serge Larzabal propôs entrar em contacto com a sua administração nacional no dia seguinte para falarem do assunto.

Raul Garcia (WWF), lembrou que os processos de avaliação das regras de gestão para essas unidades populacionais, já estavam definidos (processo de Kobe). O caso do atum rabilho é complicado (grande área de distribuição, muitos intervenientes) e é importante acompanhar este caso a nível do CC SUL, em colaboração com o CC Mediterrânea, sendo as regras comuns a ambas as zonas.

Nicolas Fernandez Munoz (OP Conil) concorda com Raul e Serge: É importante trabalhar em conjunto. Contudo, chamou a atenção para o Estreito de Gibraltar e as problemáticas específicas àquela zona, partilhada com Marrocos.

Miren Garmendia (OPEGUI) também tomou posição a favor de um trabalho comum sobre este caso. O trabalho sobre as regras de gestão permite melhorar, aos poucos, os conhecimentos bem como a gestão.

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) realçou a carência de informações das administrações e da DGMARE. A seu ver, é preciso evitar que o ponto de vista das partes envolvidas seja, mais uma vez, ignorado. É absolutamente imprescindível participar neste trabalho.

Pedro Melo (ACPA) pediu para o CC RUP ser convidado às eventuais reuniões organizadas.

Em resposta aos membros, Benoît Guérin e Ignacio Fresco Vanzini, também consultor para a Pew, deram as seguintes respostas:

- Trata-se de uma regra de exploração, ou seja, da "Harvest Contrôle Rule: HCR" como no caso do Atum voador.
- Seja no Leste ou no Oeste, a pescaria será gerida de igual modo.
- Os problemas específicos (Estreito de Gibraltar) não são geridos pelas regras de gestão.
- A adoção de regras de gestão de longo prazo é uma prioridade para a Pew.

Por fim, os membros decidiram entrar em contacto com o CC Mediterrânea, de modo a organizar uma reunião de informação comum, em meados de julho - ambos os secretariados verão juntos os pormenores técnicos. O Comité Executivo tomará posição.

Raul Garcia (WWF) indicou, ainda, que um dos temas importantes da ICCAT, este ano, era o controlo, sendo que uma reunião sobre o assunto terá lugar em julho. Raul perguntou se as diferentes partes contratantes já tinham progredido. Todavia, Ester Alaez Pons não pôde avançar mais pormenores.

BALANÇO

- **Os membros foram informados dos avanços dos diferentes grupos de trabalho Ad-Hoc dependentes do Grupo Pelágico**
- **Muito em breve, será transmitida à Comissão, uma carta relativa à gestão das penalidades de pesca do Atum voador.**
- **Também será preparado um parecer sobre o Atum voador.**



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

- **O secretariado contactará o MEDAC para organizar uma reunião comum sobre o Atum rabilho.**

